

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.738 - PR (2019/0294609-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ENOQUE JOSE DE ARAUJO JUNIOR  
**ADVOGADO** : ENOQUE JOSÉ DE ARAÚJO JÚNIOR - RN006727  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : F A C DE L (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de F. A. C. de L. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido no HC n.º 0040652-77.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o Ministério Público Estadual pleiteou a decretação da prisão preventiva cumulada com pedido de busca e apreensão domiciliar e em endereço profissional; cumulada com quebra de sigilo de dados telefônicos e telemáticos; cumulada com realização de escuta sem dano; cumulada com compartilhamento de provas pelos indícios dos crimes previstos nos arts. 217-A do Código Penal, 238, 241-A e 241-D, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, com base nos documentos coletados pela Unidade de Repressão aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil da Polícia Federal – URCOP – e Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos – SCRR.

Em 06/02/2019, o Juízo de Direito da Comarca de Mallet/PR decretou a prisão preventiva em desfavor do Paciente, suspeito da "*prática do crime de estupro de vulnerável, consistente em sexo oral, e tentativa de homicídio contra a criança M. D. de 08 (oito) anos de idade, praticados pela mãe S. T. D. D, o que seu ensejo à ação penal sob n.º 0001853-69.2018.8.16.0106*" (fl. 26) e "*fortes indícios de que a criança tenha sido abusada sexualmente pela requerida N. e por F. A. durante as chamadas de vídeo realizadas, assim como ocorreu com a vítima M*" (fl. 30).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada pela Corte de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 114) :

**"HABEAS CORPUS – CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. TESES DE QUE O PACIENTE SOMENTE ASSISTIU O ATO PRATICADO PELA GENITORA DO INFANTE PELA TELA DO CELULAR E DE QUE O PACIENTE NÃO PRATICOU O VERBO**

# Superior Tribunal de Justiça

NUCLEAR QUE TIPIFICA O DELITO – QUESTÕES DE MÉRITO QUE, POR ENVOLVEREM MATÉRIA PROBATÓRIA, NÃO PODEM SER ANALISADAS EM SEDE DE HABEAS CORPUS – IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA QUANTO A ESSE ASPECTO. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO ESTÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA E DE QUE O DECRETO DE PRISÃO NÃO CONTÉM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – IMPROCEDÊNCIA – PROVA DE EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – DECISÃO QUE EXPÕS FATOS CONCRETOS A DEMONSTRAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EM RAZÃO DO MODUS OPERANDI E DA REITERAÇÃO DELITUOSA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR QUE É MEDIDA AUTORIZADA POR LEI E NÃO FERE O PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – POSSIBILIDADE DE DILAÇÃO DO PRAZO EM RAZÃO DAS PARTICULARIDADES DO PROCESSO – PRAZO DECORRIDO ATÉ O MOMENTO NÃO SUFICIENTE, NO CASO CONCRETO, PARA CONFIGURAR A ALEGADA ILEGALIDADE. ALEGADAS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DO PACIENTE QUE NÃO SÃO SUFICIENTES, POR SI SÓS, A GARANTIR A LIBERDADE PROVISÓRIA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. IMPETRAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E ORDEM DENEGADA."

Neste writ, a Parte Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de fundamentos idôneos para a decretação da prisão preventiva. Assevera que "*a provável responsabilidade do Paciente aproxima-se muito mais da figura do PARTÍCIPE de que a de 'coautor', posto que, 'estando ele a 3.500 km de distância da criança (Natal/RN-Mallet/PR), somente assistiu pela tela do telefone celular a genitora da criança praticando a felação no infante, num ato impensado e revolvido nas vísceras de um relacionamento sensual, ainda que virtual'*" (fl. 10; grifos no original).

Alega, ainda, que se trata de Réu primário, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RN, profissional respeitado, com residência fixa e com intuito de colaborar, pois teria entregue os equipamentos eletrônicos de sua propriedade com as respectivas senhas.

Aponta a existência de excesso de prazo na formação da culpa, argumenta que a "*prisão cautelar do Paciente já ultrapassa aos 240 (duzentos e quarenta) dias, ou*

# Superior Tribunal de Justiça

seja, **OITO MESES DE CUSTÓDIA PREVENTIVA, sem julgamento**" (fl. 14). Aduz que **"o interrogatório do Paciente realizado por Carta Precatória na 14.ª Vara Criminal de Natal/RN, na data de 17 de junho de 2019, terá que se refeito, posto que a gravação sofreu problemas técnicos e restou imprestável, tendo sido reaprazado para 19 de setembro de 2019"** (fl. 14; grifos no original).

Requer, liminarmente, a concessão de alvará de soltura diante do flagrante excesso de prazo. No mérito, a confirmação da liminar.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O *decisum* atacado está assim fundamentado (fl. 116; grifos no original):

**"Todavia, ao contrário do que sustenta o impetrante, verifica-se que para fundamentar o decreto prisional, o MM. Juízo de origem, além de ressaltar a existência de prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria dos fatos, expôs (mov. 9.1 dos autos nº 0000147-97.2019.8.16.0106) que o paciente, 'após, em tese, abusar sexualmente de M. D., fez, em tese, outra vítima menor, qual seja. A., demonstrando habitualidade e destreza na prática da conduta criminosa' e que a manutenção do paciente em liberdade 'poderá macular o bom andamento das investigações, a livre produção probatória, podendo obstaculizar a produção de provas e, principalmente, evadir-se do distrito da culpa, conforme já informara a N. que faria'.**

*Como se pode perceber, a r. decisão fundamentou a decretação da prisão cautelar na periculosidade do paciente em razão do modus operandi e da reiteração criminosa.*

*E isso demonstra a existência de elementos concretos a indicar a maior gravidade da conduta e revela-se suficiente para autorizar a prisão preventiva para a garantia da ordem pública.*

*Assim, como a prisão preventiva do paciente está devidamente fundamentada, não há que se falar em 'mero juízo de antecipação de responsabilidade penal', eis que os requisitos para a prisão cautelar estão devidamente preenchidos."*

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Paciente não se

# Superior Tribunal de Justiça

mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal; o acórdão impugnado ressalta o ***modus operandi* do Paciente, que, por intermédio de um aparelho celular, teria concorrido para a prática do crime de estupro de vulnerável de apenas 8 (oito) anos de idade.** O julgado afirma que existem indícios de outra vítima, **o que evidencia o risco de reiteração delitiva**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

No tocante ao excesso de prazo para a formação da culpa, cabe salientar que se trata de ação penal com necessidade de carta precatória para instrução processual, além de perícias diversas que envolvem números de IP, aparelhos celulares e computadores, o que ocasiona uma tramitação completamente diferenciada. Cabe destacar que a jurisprudência desta Corte entende que *"os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do princípio da razoabilidade"* (RHC 105.222/SE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Paciente e a previsão de encerramento da instrução criminal, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora